

Jornal do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Penitenciário Paulista

Reivindicações feitas durante a greve viram projetos de leis e são aprovadas pela Alesp

Servidores penitenciários fizeram uma das maiores mobilizações da história da categoria

A greve foi um marco na luta contra os desmandos do governo do PSDB. Servidores que ficaram nas portas das unidades durante a paralisação viveram momentos de tensão, mas também sentiram na pele que é possível se organizar e enfrentar a ditadura do Estado que tem escravizado os servidores públicos. Valeu a pena lutar. Desta vez o governo teve de encaminhar à Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) projetos de leis (PLCs 18 e 19) em consonância com as reivindicações dos trabalhadores. Dois projetos já foram aprovados. As reivindicações da Campanha Salarial de 2014, ficaram para ser negociadas após a aprovação de ambos os projetos.



Vista este Lenço

Servidoras dão exemplo de solidariedade



Uma campanha que teve início dentro da Penitenciária Feminina de Pirajuí ganhou repercussão em todo o Estado. A ação das servidoras públicas é um exemplo de solidariedade e amor. *Página 6*

Major Olímpio considerou a greve vitoriosa



ELEIÇÕES

para escolha da diretoria do SINDCOP

AGUARDEM!

Página 7

Cadeira do CNPCP é ocupada por um servidor penitenciário

Página 8

Depois de longa espera lamspe volta a prestar atendimento

Página 6

Enfim, porte de armas fora da unidade é aprovado pelo Senado





Editorial

Governador, preste atenção! Servidor penitenciário não tem medo não!

Depois de anos de silêncio o servidor penitenciário ganhou coragem, cruzou os braços e deu um basta nos braços do governo. A voz do servidor ecoou em todo o país e não teve como o governador Geraldo Alckmin tapar os ouvidos para ignorá-la.

A inércia que reinava na categoria e impedia qualquer tipo de mobilização deu lugar a um movimento de paralisação organizado e unificado. As portas das unidades prisionais de todo o Estado foi palco de desabafos, solidariedade, denúncias sobre o péssimo ambiente de trabalho e também do despertar de novos líderes.

O período da greve foi

marcado pela tensão, cansaço e a demonstração de coragem e união.

Essas sensações ninguém roubará do servidor e ficará para sempre na sua memória.

A partir da greve, esse despertar pela luta e as demonstrações de coragem ficaram latentes. Agora, o servidor sabe como demonstrar sua importância e tem consciência que, com o apoio do SINDCOP, pode soltar a voz sem medo.

Vale lembrar que a última grande greve do sistema prisional ocorreu em 2004 e que as recordações daquela mobilização são amargas. Porém, não podemos esquecer que o servidor penitenciário faz parte de uma categoria considerada

“nova” e que ainda estamos aprendendo a lutar.

É claro que o SINDCOP gostaria que os resultados da paralisação fossem excelentes e satisfizesse a todos. Mas não podemos negar que os resultados da greve foram positivos, não só por causa das conquistas econômicas, mas também pela conquista da dignidade do servidor.

A categoria mostrou que não é composta de carrascos e nem de escravos. A greve foi responsável e dentro da legalidade. O servidor que participou da paralisação saiu do anonimato espontaneamente, sem indução do Sindicato. Parou porque não é escravo para ter que trabalhar num ambiente hostil

sem a devida recompensa.

Outra coisa que nos deixou satisfeitos com a mobilização foi o despertar de servidores, que agora podemos chamar de companheiros, porque estiveram ombro a ombro nas portas da unidade mostrando o que é o Sindicato.

Foi plantada a semente. O servidor sabe o poder que ele tem quando decide se mobilizar. Agora, todos sabem o que é possível. Esta semente vai germinar e produzir servidores mais críticos e participativos.

* Gilson Pimentel Barreto, bacharel em direito, presidente do SINDCOP e da Febrasp (Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários).

Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Penitenciário Paulista

Presidente:

Gilson Pimentel Barreto

Sede - Bauru

Rua Manoel Bento da

Cruz, 13 - 45 - Centro

CEP 17.015.172

Fone: 3226-3255

www.sindcop.org.br

www.sindcop.blogspot.com

Subsede de Pirajuí

Rua Campos Salles,

n° 661-A - Centro

EP 16.600-000

Fone: (14) 3584-4272

Subsede de Serrana

Rua Antonio Terçariol,

n° 607 Centro

CEP 14.150-000

Fone: (16) 3987-2891

Artigos e cartas são de responsabilidade de seus autores e as matérias de responsabilidade do Sincop.

Jornalista Responsável:

Inês Ferreira - MTB 026623

Impressão: Fullgraphics

Rua Xingú, 4-44, Bauru -

São Paulo

UNIÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS REFLETE O AMADURECIMENTO DOS REPRESENTANTES DA CATEGORIA

A defesa do direito do trabalhador prevaleceu

A palavra unidade faz parte do vocabulário do sistema prisional. No entanto, durante a greve, essa palavra ganhou um novo sentido quando três entidades sindicais decidiram lutar, juntas, pelos direitos dos servidores. Nesse momento, a representação da categoria se tornou única e homogênea e o governo foi obrigado a negociar com uma comissão que representou todos os servidores do Estado.

Essa unidade da categoria demonstrou a força do servidor penitenciário em todo o Estado. A união do SINDCOP e Sifuspesp ocorreu na primeira reunião com o governo, quando foi apresentada uma primeira proposta por vários secretários de Estado. Depois que a proposta foi rejeitada, veio a adesão do Sindasp e por fim a criação da Comissão de Greve.

Enquanto durou a mobilização e as negociações com o governo, os representantes dessas entidades permaneceram reunidos em São Paulo discutindo as estratégias da greve e buscando respostas jurídicas para as ações impetradas pelo Estado.

A unidade de ideias e propostas das entidades surpreendeu até mesmo o governo, que teve de responder rápido as reivindicações da categoria.

“O comportamento das entidades demonstra amadurecimento dos dirigentes sindicais que representam o servidor penitenciário. Sempre defendemos a união da luta e a unificação da pauta da campanha salarial. Essa unidade demonstrou que podemos estar juntos sem perder a autonomia”, disse o presidente do SINDCOP e da FEBRASP, Gilson Pimentel Barreto.



A garra e a força feminina

Um dos destaques desta greve foi a participação da mulher. Servidoras mostraram a garra e a resistência feminina ao enfrentar sol e chuva e a pressão psicológica durante os dias de greve. Incansáveis, as mulheres também deram um exemplo de solidariedade e força nas manifestações ocorridas em frente ao Palácio Bandeirantes e portões das unidades.

Antes de iniciar a greve, servidoras de outras cidades, como Ribeirão Preto, vieram até Bauru se inteirar do movimento. A presença da mulher também foi marcante em frente as unidades, como no CDP de Bauru onde as



mulheres ocuparam a linha de frente para impedir a entrada das polícias Civil e Militar. Também no antigo IPA, juntas com outros servidores conseguiram impedir a saída de veículos com presos.

Em outras unidades do Estado a participação da mulher também foi expressiva. Na região Noroeste, mu-

tas saíram de suas cidades para dar apoio aos servidores do CDP e IPA de Bauru.

O presidente do SINDCOP, Gilson Pimentel Barreto, parabeniza essas servidoras pelo exemplo de determinação e coragem.

“A servidora penitenciária precisa continuar participando da luta. Sabemos que elas têm problemas específicos no ambiente trabalho e queremos levar essas questões para as mesas de negociações com o governo. Esperamos que a partir de agora estas servidoras se aproximem do Sindicato, ocupem o espaço que lhes é de direito e dê a sua contribuição para melhorar o ambiente de trabalho”, disse o presidente.

Vereador Roque Ferreira, esteve com o servidor até o final da paralisação



O vereador de Bauru, Roque Ferreira (PT), foi o único político presente na porta do CDP durante a greve. Nos momentos críticos, Roque deu sua contribuição e dividiu sua experiência de sindicalista. O servidor agradece!

Vitória Moral

Durante visita a Bauru, deputado Major Olímpio faz elogios a greve dos servidores e critica governo do PSDB

"Se a vitória material foi pequena a vitória moral foi imensa". A afirmação foi feita pelo deputado estadual Major Olímpio (PDT), durante visita a Bauru, em abril. Na ocasião, o deputado cumprimentou os servidores penitenciários pela **"coragem e o arrojo"** durante a greve.

O deputado participou do Encontro Macrorregional do PDT. O presidente do SINDCOP, Gilson Pimentel Barreto foi convidado a participar do evento. No local, Major Olímpio fez um balanço sobre a paralisação dos servidores.

Segundo o deputado, todos os sindicatos ouviram o clamor dos agentes penitenciários e demonstrando uma **coragem moral inigualável** empreenderam uma **mobilização histórica** para o serviço público e para os servidores penitenciários.

"Se os resultados não foram os esperados, foi em função da intransigência e do peso do governo", disse o deputado.

Conforme ele, o governo conseguiu até decisões judiciais absurdas de tutela antecipada e pagamento de R\$100 mil de multa dia para os sindicatos, por unidades.

"Uma vergonha que nunca vi decisões como esta em nenhum momento nos Tribunais brasileiros, mas o governo conseguiu isso da Justiça. Conseguiu



decisões para colocar a Tropa de Choque da Polícia Militar para coagir servidores nas portas de estabelecimentos, como CDP de Pinheiro. Isso foi uma vergonha para a conduta do governo do Estado de São Paulo", disse ele.



Para Major Olímpio a **greve do sistema prisional, foi um dos maiores movimentos de mobilização de servidores na história do Estado de São Paulo.**

"Se a vitória material foi pequena a vitória moral foi imensa. **Tenho certeza de que o governo passou a respeitar mais a categoria e vai ter que, nos próximos anos, atender com dignidade os servidores do sistema prisional**", afirmou

o deputado.

Major Olímpio disse ainda que o PSDB tem o servidor público como inimigo.

"A população tem o servidor como solução e maior aliado. Você nunca vai ter serviços públicos decentes se

não valorizar os recursos humanos. Não adianta inovação tecnológica, carros, equipamentos, computadores, helicópteros. Para atendimento da população, em todos os níveis, o fator humano é fundamental. Esse descaso com o servidor público ocasiona desestímulo, ocasiona a procura de mão obra menos qualificada para concursos", afirmou.

Conforme ele, em geral, os salários pagos para servidores em todas as áreas são os piores do país. "Você pega os servidores penitenciários que tem um dos piores salários do país. Estão com salá-

rios defasados e São Paulo tem R\$ 189 milhões de orçamento. **O governo não valoriza as carreiras. Prova disso é que os servidores penitenciários, que tem 8 categorias, queriam a supressão de duas classes e o governo não atendeu. Suprimiu apenas uma**".

O deputado reforçou que tem um compromisso pessoal com os servidores penitenciários.

"**Tenho obrigações dentro de casa. Meu pai é agente penitenciário. Vamos ter fazer uma reforma em relação as classes, valorização salarial, dar estímulo, respeito, suporte e respaldo para o servidor. Desde 15 de março de 1983, o mesmo grupo político detém o poder em São Paulo. Destruíram o servidor do sistema prisional e passou-se a ter o entendimento de que a palavra do preso vale que mais que a do funcionário e o que o funcionário faz tem sempre uma interrogação sobre sua conduta. Tudo isso nos queremos mudar**", concluiu o deputado.

A voz do servidor chegou até a presidente Dilma Roussef



Da esquerda para direita, Chicão da CUT; o servidor Eduardo Piotto, ex-ministro José Padilha e o vice-presidente do SINDCOP Carlos Roberto Romacho

Durante a greve, o vice-presidente do SINDCOP Carlos Roberto Romacho e o ASP Eduardo Piotto aproveitaram a visita da presidente Dilma Roussef a Bauru para lhe entregar uma carta. Na carta, eles denunciaram os problemas do sistema carcerário paulista.

Os servidores foram recebidos pelo secretário da presidente Wlamir Martines e pelo ex-ministro José Padilha, que é pré-candidato a governador de São Paulo. O encontro foi intermediado pela vice-prefeita de Bauru, Estela Almagro e Francisco Monteiro, Chicão da CUT, (Central Única dos Trabalhadores), que também apoiaram a greve



O assessor da Secretaria Geral da Presidência da República Wlamir Ubada Martines recebe a carta dos servidores das mãos do vice-presidente do SINDCOP Carlos Roberto Romacho.



Da esquerda para direita, o vice-presidente do SINDCOP Carlos Roberto Romacho; a vice-prefeita de Bauru Estela Almagro e o servidor Eduardo Piotto.

E o governo teve que prestar atenção



Rejeitar o desvio de função foi uma das armas usadas por servidores durante a greve



O despertar da consciência do servidor público proporcionado pelos debates durante a greve, deverá refletir na rotina de trabalho dentro das unidades prisionais. Entre os assuntos abordados pelos servidores que estiveram mobilizados em frente às unidades, o desvio de função foi o que mais provocou discussões.

A negativa de servidores em acatar o desvio de função também foi uma arma usada pelos servidores, que ficaram dentro das unidades, no período de greve. Muitos se recusaram a exercer qualquer atividade que não estivesse relacionada à função do ASP.

Fernando Gonçalves

ves, diretor do SINDCOP e um dos líderes da greve em Bauru, fez questão de reforçar o quão prejudicial o desvio de função é para o servidor, durante os dias de paralisação.

“No final da paralisação notei que servidores haviam se conscientizado de que desvio de função é um favor-obrigado que fazemos ao governo, que só prejudica o servidor. Se dermos um basta nos desvios de funções o governo será obrigado a contratar mais servidores e não teremos acúmulo de trabalho”, disse ele.

Segundo o sindicalista, durante a paralisação muitos servidores assumiram sua identidade de ASP e se conscientizaram de que é preciso cumprir com as atribuições específicas do cargo.

“Eles entenderam que o desvio de função acarreta os baixos salários, as más condições do ambiente de trabalho e contribui com a superlotação”, afirmou Gonçalves.

Ele explica que, recu-

sar o desvio de função é um dos trunfos que o servidor tem para lutar contra os desmandos do governo.

“A função do ASP é manter a vigilância, a disciplina e a movimentação de sentenciados internos nos presídios. Somente isso. Se o ASP cumprir somente com sua obrigação o governo será obrigado a repensar e contratar outros servidores para fazer as demais funções.

Quando um ASP faz escolta de presos, se submete a ser motorista ou desempenha outra função ele desfalca o plantão e faz com que o seu colega de trabalho, que também é ASP, trabalhe dobrado. Isso não é justo”, disse o sindicalista.

O sindicalista também disse esperar que, a partir de agora, os ASPs não tenham medo de enfrentar seus superiores e com base nas próprias Resoluções da SAP digam “não” quando forem convocados a exercer uma função que não é sua.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014

SINDCOP fecha 2013 com saldo positivo e já tem novos projetos para a entidade



O secretário do SINDCOP Carlos Neves e o contador da entidade Hélio Andrade, durante assembleia de prestação de contas

Sem dívidas, com dinheiro em caixa e projetos para o futuro. Esse foi o resultado da prestação de contas do exercício de 2013 do SINDCOP, na assembleia realizada no último dia 9 de maio. Ao apresentar as con-

tas do Sindicato, o contador da entidade Hélio Andrade elogiou a organização e a seriedade com que as finanças da entidade é tratada.

Conforme o balanço apresentado na assembleia, o SINDCOP encerrou 2013 no

azul. A entidade não tem dívidas e além de saldar todos os seus compromissos, tem um fundo de reserva.

O contador também elogiou a diretoria pela transparência na gestão. Segundo ele, é difícil encontrar uma entidade com as características do SINDCOP.

Durante a assembleia, o presidente do Sindicato Gilson Pimentel Barreto anunciou que já tem o projeto para construção do Clube de Campo e de um anexo na sede da entidade que entre outras repartições terá um espaço reservado para realização de eventos.

Solidariedade no coração e lenço na cabeça

A Campanha "Vista este Lenço com Olga" é realizada na Penitenciária Feminina de Pirajuí



Um ato de solidariedade e de conscientização sobre os perigos do câncer de mama uniu as funcionárias da Penitenciária Feminina de Pirajuí e lançou uma nova moda entre as servidoras - lenços coloridos na cabeça. É assim que elas participam da Campanha

Vista este Lenço, que começou no último dia 16 de maio.

Desde essa data, todas as sextas-feiras as servidoras da unidade vão trabalhar com um novo acessório - um lenço na cabeça. A campanha vai até o mês de outubro, quando as servidoras se mobilizarão e doa-

ram lenços a entidades que cuidam de pessoas carentes em tratamento de câncer.

A campanha contra o câncer de mama é em solidariedade e homenagem à funcionária Olga Maria de Oliveira Zácari, que se encontra em tratamento contra o câncer, e que com muito

amor e dedicação voltou ao trabalho durante o tratamento. Olga não se afastou das atividades que desempenha, tornando-se um grande exemplo as funcionárias.

A coragem de Olga contagiou as servidoras e a campanha extrapolou os muros da unidade. Tudo co-

meçou com uma atitude de conscientização sobre a importância do diagnóstico precoce e do auto-exame.

As servidoras deixam como mensagem "que a mente saudável e, um ambiente acolhedor torna um tratamento tão invasivo, menos doloroso".

ELEIÇÕES SINDICAIS

SINDCOP já está se preparando para as eleições sindicais



Fique atento!

Este ano tem eleição para escolha da nova diretoria do SINDCOP. Segundo o presidente do SINDCOP Gilson Pimentel Barreto o processo eleitoral será divulgado por meio de edital e com todas as regras para quem quiser participar da eleição.

"Vamos garantir um pleito democrático. Todas as informações serão divulgadas conforme determina nosso estatuto", disse ele.

Estado trata servidor doente com descaso

A atitude das servidoras de Pirajuí devem servir de exemplo para diretores de unidades prisionais, que muitas vezes ignoram servidores que adoecem dentro do sistema penitenciário. O SINDCOP tem conhecimento de diversos casos de servidores que são motivos de chacotas ou até são humilhados por estarem doentes.

Temos o registro de um caso de um diretor que chamava de frescura o tratamento de Hepatite C feito por um servidor - uma espécie de quimioterapia que deixa a pessoa debilitada. Existem também diversos servidores com doenças psíquicas que são agravadas pelo ambiente de trabalho e que são ignoradas.

O caso que mais chamou atenção do SINDCOP foi o do servidor Paulo Pi-

nheiro. Segundo sua mulher, Janaina Carvalho Bissoli Pinheiro, 41 anos, em 2007 o marido tinha 38 anos e trabalhava na unidade de Serra Azul, onde teve um infarto durante o expediente de trabalho. Em vez de receber socorro imediato, ela afirma que o marido foi levado para a enfermaria da unidade, onde foi atendido por um preso. Isto porque, o diretor não acreditou que ele estava passando mal.

"O diretor disse que era frescura, uma desculpa para ele não trabalhar", afirma a mulher.

Um preso foi quem



detectou que o servidor estava infartado. Paulo foi levado para o hospital de Serrana. Somente depois de 4 horas foi transferido para o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Nesse período ele teve outros dois infartos.

A mulher conta que o marido sobreviveu mais ficou totalmente debilitado. Apesar disso, a unidade se recusou a abrir um CAT (Comunicado de Acidente de

Trabalho).

"Foi preciso entrar com uma ação judicial para que o Estado abrisse o CAT", afirma.

Depois disso, o servidor ficou dois anos recebendo cerca de R\$ 80,00 de salário. Somente quando ganhou uma ação contra o Estado ele passou a receber o salário integral. O servidor ficou 7 anos debilitado e acabou morrendo em novembro de 2013.

"Nunca recebi nenhuma retaguarda do Estado. Tive que entrar com diversas ações judiciais. Depois da morte do meu marido, meus filhos adoeceram e precisaram fazer tratamento psiquiátrico porque viveram o sofrimento do pai e presenciaram sua morte. Ele caiu morto na frente das crianças", contou a mulher.

A aprovação dos PLCs 18 e 19 é a prova de que **a greve valeu a pena**

SINDCOP quer negociar a pauta de 2014, o mais rápido possível

Depois de muita expectativa, deputados estaduais aprovaram os Projetos de Leis Complementares (PLCs 18 e 19).

Ambos os projetos fazem parte das reivindicações de sindicalistas que negociaram com o governo no final da greve dos servidores.

Na ocasião, o governo também prometeu marcar uma reunião no período de 30 dias para discutir a pauta da campanha salarial de 2014, o que não ocorreu até o momento.

"Vamos continuar cobrando do governo. Ainda não estamos satisfeitos porque temos muitas reivindicações que não foram atendidas", disse o presidente do SINDCOP, Gilson

Pimentel Barreto.

A aprovação dos PLCs ocorreu no último dia 3 de junho. No entanto, todos os benefícios constantes na lei são retroativos ao mês de maio.

O PLC 18 altera as Leis Complementares 959/2004, 893/2001 e 315/1983, promove reajuste de salários, modifica a sistemática de promoção, reduzindo para três anos o tempo mínimo permitido para se concorrer a promoção, na porcentagem de 30% do contingente de cada nível existente na data da promoção

O PLC 19 institui a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Penitenciário (DEJEP) aos integrantes da carreira de



agente de segurança penitenciária.

O texto também reestrutura as carreiras de agente de segurança penitenciária e de agentes

de escolta e vigilância, que passam a ter cada uma sete classes. Agora servidores penitenciários, segundo o PLC 18, terão direito a reforma na carrei-

ra, reajuste de salários, reajuste do adicional de periculosidade e reajuste do COMP, além da diária especial conforme prevê o PLC 19.

Convênio com Beneficência Portuguesa encerra apenas um capítulo da **novela do lamspe**

lamspe diz que vai investir R\$ 3,6 milhões por ano para garantir assistência aos mais de 18 mil usuários da cidade

Depois de muita luta, servidores públicos de Bauru e região, usuários do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (lamspe) passaram a ser atendidos pela Associação Beneficente Portuguesa. A diretoria do SINDCOP esteve presente na assinatura do contrato.

Usuários do lamspe ficaram mais de um ano sem atendimento, depois que foi cancelado o convênio com o Hospital



de Base. Nesse período o SINDCOP fez inúmeras reivindicações ao governo para que o atendimento fosse restabelecido.

Em abril, foi assinado o convênio com a Beneficência que prevê o investimento de cerca de R\$ 3,6 mi-

lhões, por ano, para garantir assistência médica aos mais de 18 mil servidores.

O contrato assegura o acesso dos servidores conveniados ao lamspe a consultas, exames, pronto-socorro e cirurgias.

A assinatura do con-

vênio ocorreu no gabinete do governador Geraldo Alckmin, com as presenças do secretário de Gestão Pública, Waldemir Caputo, do chefe de gabinete do lamspe, prefeito Rodrigo Agostinho e os presidente e vice-presidente do SINDCOP, Gilson Pimentel Barreto e Carlos Roberto Romacho, respectivamente.

O credenciamento de hospitais nas cidades faz parte do Programa de Modernização do lamspe (PMI), que prevê um modelo de assistência mais descentralizado e mais próximo do usuário.

O sistema de expansão inclui também o credenciamento de médicos que atendem os servidores

estaduais e seus familiares diretamente em seus consultórios e clínicas, com conforto e sem qualquer custo adicional. O próprio usuário liga para o especialista e agenda sua consulta.

Na região de Bauru, o lamspe conta com outros oito hospitais credenciados, além de 106 médicos contratados nas diversas especialidades.

Acesse a lista de médicos credenciados pelo lamspe no site www.sindcop.org.br

Servidores penitenciários garantem participação no 2ª CONSEG

O sistema prisional terá representação oficial na II Conferência Nacional de Segurança Pública. A decisão foi tomada no mês de abril, durante o evento "Diálogos Regionais – CONSEG 2015", promovido pelo Conasp (Conselho Nacional de Segurança), no Rio de Janeiro.

O presidente do SINDCOP e da Febrasp (Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários), Gilson Pimentel Barreto

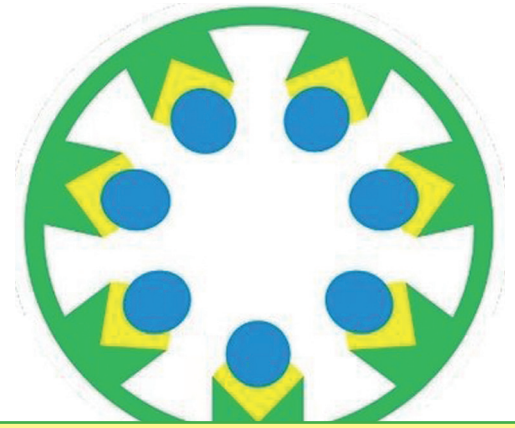
esteve no evento. Ele será um dos representantes dos servidores penitenciários na conferência e participa das reuniões descentralizadas que precedem o evento.

O encontro teve o objetivo de debater os resultados da I Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em 2009, a situação geral da segurança no país e de iniciar os preparativos para a II CONSEG, que deverá ocorrer em 2015.

Na primeira conferên-

cia o SINDCOP conseguiu colocar uma proposta que foi discutida nacionalmente - a criação da polícia penal.

Segundo Barreto, na próxima conferência serão encaminhadas para debates questões da luta nacional, como a regulamentação da profissão, aposentadoria especial, redução da carga horária, PEC da execução penal, combate à superlotação dos presídios e contra as privatizações e terceirizações dos serviços penais.



A Conferência Nacional de Segurança reúne representantes dos trabalhadores, sociedade civil, gestores e políticos para discutir e sugerir solução para os problemas de segurança do país. A primeira CONSEG foi realizada em 2009. As reuniões começam nos municípios. A segunda etapa é realizada nos Estados e por fim em Brasília.



Uma das cadeiras do Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias é ocupada por um servidor penitenciário

José Roberto Neves é paranense e diretor da Febrasp

O servidor penitenciário José Roberto Neves, do Estado do Paraná, foi nomeado pelo Ministério da Justiça para ocupar uma das 13 cadeiras como membro titular do Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias (CNP-CP). Trata-se de um órgão da execução penal, com sede em Brasília, cujo objetivo principal é deliberar sobre políticas públicas criminal e penitenciária para o Brasil.

Neves, é o primeiro agente penitenciário a ocupar uma cadeira no CNPCP. Ele tem na bagagem a experiência de ter participado de outros Conselhos e da militância sindical. Foi membro do Conselho Nacional de Segurança (CONASP), na gestão 2011/2012, e atualmente

está no Conselho Penitenciário do Paraná é ex-presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná e, atualmente, diretor da Febrasp (Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários).

Com a participação de Neves nas discussões do CNPCP é possível propor e discutir políticas públicas para o sistema penitenciário nacional sob a perspectiva do trabalhador. O mandato de conselheiro é de dois anos, renovável por mais dois. Neste período o CNPCP deverá pautar as discussões sobre o marco regulatório da profissão dos agentes penitenciários e dos serviços penais, que está sendo debatido e construído com a participação dos trabalhadores e suas federações sindicais.

Porte de armas aguarda sanção presidencial



Servidores penitenciários de todos os países aguardam ansiosamente a sanção presidencial que autorizará o porte de armas de fogo fora do ambiente de serviço. O SINDCOP participou da luta para aprovação do porte de armas. Diretores do sindicato acompanharam o trâmite do projeto em Brasília.

No último dia 21 de maio, com a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 28/2014, aprovado no Plenário do Senado encerrou uma das lutas do SINDCOP e de várias outras entidades.

De acordo com o texto do projeto aprovado pelo Senado, agentes prisionais ficam autorizados a portar arma de fogo particular ou fornecida pela repartição. O porte, no entanto, só será permitido se os profissionais se submeterem a regime de dedicação exclusiva, se passarem por formação funcional (nos termos de re-

gulamento a ser adotado) e se forem subordinados a mecanismos de fiscalização e de controle interno.

Discussão

A grande maioria dos senadores se manifestou pela aprovação integral do projeto, a começar pelo relator, Gim (PTB-DF). Ele mencionou a insistência da categoria, que no ano passado chegou a acampar na frente do Congresso para pedir a aprovação da matéria.

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o fato de os bandidos estarem "armados até os dentes" coloca em risco os agentes, que vivem sob risco de vida contínuo. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que seu partido considera o projeto justo porque dá instrumentos adequados para pessoas que se submetem a uma situação de extrema tensão e perigo constante se defenderem.

O senador Ivo Cas-

sol (PP-RO) ressaltou que as pessoas de bem estão desarmadas e à mercê de bandidos armados até quando estão dentro de casa. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comentou que, se estivesse num país mais pacífico, talvez seria contrário ao projeto.

– Mas como o Brasil é o Brasil que conhecemos, onde o cidadão comum sai para o trabalho pretendendo voltar para casa e chega morto, temos de zelar pelo chefe de família agente penitenciário. Ele sai de casa e quer voltar vivo.

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) destacou que o espírito do texto aprovado é proteger o servidor no trajeto entre a casa e o trabalho. Ele lembrou que esses profissionais já manejam armas como ferramentas de trabalho, portanto, a necessidade de adequar ou treinar esses profissionais seria pequena.